



Corpo e identidade (*Body and identity*)

Autoria na Era da Informação (*authorship in the Information Age*)

Fábio Riggi
(UNICAMP)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Fábio Riggi é doutorando em Teoria e História Literária pela Unicamp, mestre em Letras pela USP (2010), formado em Tutoria pela FGV online (2011) e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UNESP (2005). Autor de 'cidade adeus' (2014)]. E-mail: riggi.fabio@gmail.com

RESUMO	ABSTRACT
<p>Esta discussão parte de uma análise dos romances fragmentados Reflexos do baile, de Antonio Callado, e Setlist, de Daniel Manzoni, para entender como as manifestações do poder se desenvolvem no processo de autoria. Para isso, tomei por base as relações entre corpo e poder descritas por Michel Foucault (1988) em sua História da Sexualidade, aplicando essa abordagem aos fenômenos da superexposição e da dissolução do vínculo entre identidade e corpo nas interações virtuais. Também recorri a conceitos da teoria da informação construídos por autores como Pierre Levy (1999) e Allison Cavanagh (2007) no desenvolvimento da questão da identidade na cultura digital. Com isso, busquei demonstrar como a informação passa a ter papel preponderante na constituição do sujeito.</p>	<p>This discussion starts from an analysis of the fragmented novels Reflexos do baile, by Antonio Callado, and Setlist, by Daniel Manzoni, and tries to understand how manifestations of power are developed in the authoring process. For that, I rely on the relations between body and power, described by Michel Foucault (1988) in his History of Sexuality, applying this approach to the overexposure and dissolution of the link between identity and body in virtual interactions. I also drew on concepts of information theory built by authors such as Pierre Levy (1999), and Allison Cavanagh (2007) when developing the question of identity in digital culture. With that, I tried to demonstrate how information comes to have an important role in the subject's personality.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Poder. Corpo. Identidade. Internet. Informação.	Power. Body. Identity. Internet. Data.

INTRODUÇÃO

Os questionamentos sobre autoria suscitados por Foucault (1992) em sua célebre conferência à Sociedade Francesa de Filosofia lançam a ideia de um princípio funcional por meio do qual o conceito passa a ser entendido como uma produção ideológica. É a partir da noção de autoria que se estabelece a circulação, manipulação e constante recomposição da ficção.

Na prosa dita contemporânea publicada no Brasil, diferentemente da figura do narrador, ressignificada desde o século XIX pelo menos, as noções sobre autor têm se mantido no terreno da convencionalidade. A experiência de regimes deliberadamente autoritários ou com vieses autoritários, militares e/ou armamentistas, por força de seus excessos, tende a forçar a busca por alternativas de circulação de ideias e informações mais ou menos desvinculadas da relação com a identificação do sujeito emissor da mensagem, visando à preservação da integridade física dos “autores”.

Obras como *Reflexos do baile*, de Antonio Callado, e *Setlist*, de Daniel Manzoni, cada qual à sua maneira, colocam esse ponto em questão. No primeiro caso, essa tensão ocorre na problematização direta das relações de poder centradas na opressão do Estado de uma ditadura militar sobre o indivíduo e nas tentativas de resistência organizada, já no segundo, o processo de marginalização por meio da sexualidade entra em cena, ditando as relações do indivíduo com o Outro e consigo mesmo.

O cotejo da análise discursiva de ambas as obras supracitadas nos permitirá a verificação de como a fragilização do vínculo entre corpo e identidade, popularizada pelos avanços da tecnologia da informação, possibilita o uso da noção de autoria como objeto semântico dentro do texto; mais que isso, de que a semantização da figura do autor possibilita a ressignificação de seu papel na esteira de manipulação e circulação literárias.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Como colocada por Foucault, a história da sexualidade promove uma dialética que vai da interdição à exposição pública. Temos assim de início a prevalência da censura puritana que relegava o sexo aos espaços marginais da sociedade, como as casas de prostituição. “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (1988, p.10). E é justamente no

reposicionamento desta “hipótese repressiva” que o teórico encontra o cerne das relações entre poder e sexo.

No caso da relação com a lei, a interdição assume papel preponderante, condicionando a pulsão de vida ao seu oposto, a renúncia e o apagamento, estabelecendo assim a “lógica da renúncia”: “Supõe-se que essa interdição tome três formas; afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar.” (*Ib.*, p. 94) Mas é nessa ideia paradoxal de uma lei manifesta como enunciado não-enunciante, injunção de não-manifestação, que o poder repressivamente atua sobre o sexo.

Referimo-nos, então, ao poder não mais sob as perspectivas da repressão ou da lei, mas como uma teia de relações das quais se originam os aparelhos de cristalização social. Nas palavras de Foucault: “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (*Ib.*, p. 102).

Visto dessa forma, o jogo de estratégias que se interpenetram e correlacionam, materializando por fim as vozes hegemônicas por meio da lei e da institucionalização se impõem como enunciado, alegórico, da relação do sujeito com sua contemporaneidade. Logo, levanta a questão da dificuldade conciliar, para além das formas de interdição, o próprio projeto realista que lhes serviu de impulso com a impossibilidade, radicalizada na contemporaneidade, de captar profundamente a vivência do indivíduo na sociedade capitalista.

Para subsistir enquanto fonte de capitalização, a identidade precisa se tornar resiliente a ponto de se resignificar constantemente. Ora, a conexão entre as pessoas na rede social, seja ela online ou não, se dá por meio da identidade, cabendo questionarmos a própria constituição da identidade enquanto função no discurso. Função essa passível, no limite, da total dissociação do corpo no mundo virtual.

No ciberespaço, esse pântano da multi-identificação em que, por meio do anonimato, tudo tende ao permitido – apesar das constantes tentativas de regulação –, encontra-se ainda uma espécie de terra sem lei na qual as relações de controle e poder operam anarquicamente, de maneira desterritorializada e fragmentada. Nesse terreno, não importa quantas identidades estão vinculadas a determinada pessoa física. Não importam quais são essas identidades ou até mesmo se elas existem fisicamente. Para o internauta pertencer à grande teia mundial, basta ser economicamente ativo, consumindo e gerando fluxo de informação.

Para o corpo, o sexo virtual é seguro e limpo, pois o mantém distante do contato físico e dos fluídos alheios, cômodo e confortável, resguardando o bem-estar e a zona de segurança do indivíduo. Emocionalmente, sujeita-se ao isolamento social e ao risco

constante de exposição pública da intimidade. Em tempos de ascetismo tecnológico, os simulacros passaram a ser tratados em pé de igualdade com as pessoas físicas, forçando essa ampliação da ideia de identidade.

Com a conceituação que se seguiu ao avanço da tecnologia da informação e, sobretudo, da internet, termos como “ciborgue”, “ciberidentidade” e “perfis online” ascenderam às discussões sobre identidade de gênero. E, com isso, surgiram também tentativas de abarcar a complexidade das relações entre as identidades online e offline, em que um perfil virtual, cada vez mais dissociável do indivíduo que o adotou, em aparente contradição, é passível de julgamento com consequências reais.

Como afirma Inês Albuquerque Amaral, no ciberespaço, o “Eu” é uma construção da linguagem.

O anonimato da rede, as suas especificidades de interação e comunicação, assim como a selecção de integração social por interesses e a ausência (pelo menos notória) de hierarquização, permitem compreender que a construção do “Eu” ultrapassa os elementos de aparência que são foco central no mundo “offline”. O facto de não existir presença física permite aos utilizadores da rede construir uma “persona” baseada nas questões emocionais e comportamentais. Indiscutivelmente, o ciberespaço permite acima de tudo uma extensão da nossa identidade. O “Eu” passa a ser fragmentado ou, na perspectiva pós-moderna (Turkle, Poster, Stone), múltiplo. (AMARAL, 2008, p. 2273)

Mais que atentar para a fragmentação e multiplicidade do “Eu”, Amaral se apoia em Pierre Lévy para corroborar a ideia de influência mútua dos mundos online e offline na constituição da identidade.

o real e o virtual não são antagónicos e influenciam-se mutuamente. Assim, a construção da identidade online sofre de elementos de exterioridade ao virtual, importados do real. Por outro lado, as experiências do utilizador com o espaço de determinada rede social interferem directamente na construção do “Eu”. As experiências imersivas em ambientes virtuais permitem a integração do utilizador num espaço e na rede social de forma activa, proporcionando novas relações e práticas sociais partindo da premissa de elemento integrado na comunidade. (Ib.)

Allison Cavanagh, em sua teorização do conceito de hiperidentidade, defende que o funcionamento adequado da internet como uma rede global depende de identidades estáveis para manter a confiança de seus usuários.

The theme of hyper-identity comes to the fore in so far as it is inherently tied to the internet's functionality as a 'social network'. Stable identities are required in order for the network to operate. There are, of course, structural and technical reasons why the internet should emphasize stable identity. Consider for example the centrality of trust online. Since the early days of the internet's popularity, its darker side has been just as mythologized as its positive potential. (CAVANAGH,

2007, p. 122)¹

Para que essa estabilidade seja possível, ele propõe dois tipos de hiperidentidade: a produtiva (de viés emocional) e a de reputação (de inclinação comercial). Ambas baseadas na credibilidade.

No primeiro caso, a credibilidade está atrelada ao corpo. Trata-se ainda, portanto, de uma perspectiva ancorada nas noções tradicionais de legitimidade em que a presença de uma pessoa (física ou jurídica), que não recorra ao anonimato ou à falsidade ideológica, à qual se possa aplicar as consequências físicas e/ou legais de sua atividade online, confere maior credibilidade ao seu perfil digital. Para isso, as redes sociais têm papel predominante.

Já no segundo tipo de hiperidentidade apontado por Cavanagh (2007), que se baseia na reputação e surgiu por uma intenção comercial, para atribuir ao vendedor a credibilidade necessária à realização de suas vendas, não faz diferença se determinado perfil online condiz com a ideologia ou aparência do(s) indivíduo(s) que a mantém, é alimentado por um ou mais deles etc., desde que as avaliações de outros usuários lhe permitam ganhar a confiança necessária para manter seu fluxo de capital na internet.

Com o entendimento de que não há necessidade de transações comerciais diretas entre perfis online, bastando o fluxo de informação para garantir uma atividade econômica deles na rede, a utilização do método de reputação, seja ele sistematizado ou não, transcende sua intenção inicial, podendo abranger também a reputação social e a credibilidade da informação passada pelos perfis online, não havendo, de fato, nem a necessidade disso para sua aplicação a nível social. Como disse Cavanagh: *"Moreover this sense of self becomes more rarified as we amplify it"* (Ib., p. 123)².

Todo nosso percurso até aqui vai ao encontro de teorias como as de McLuhan (1969), que preconizou a ideia da aldeia global, com pessoas cada vez mais pertencentes a uma coletividade provinciana, com um senso cada vez menor de privacidade e individualidade, aumentando inclusive a possibilidade de práticas de engenharia social. Seres privados que passam a agir na rede como figuras públicas.

Se, por um lado, a internet acena, ao menos virtualmente, com a liberdade espacial, abrindo a possibilidade de visitar um museu em Londres sem tirar os pés de São Paulo, isso só vale para quem pode pagar pelo acesso, fato que se torna sistêmico nos países com altos índices de pobreza e desigualdade social.

¹ "O tema da hiperidentidade vem à tona por estar inerentemente ligado à funcionalidade da internet como uma 'rede social'. Identidades estáveis são necessárias para que a rede possa operar. Existem, naturalmente, razões estruturais e técnicas pelas quais a internet deve enfatizar a identidade estável. Considere, por exemplo, a centralidade da confiança on-line. Desde os primeiros dias da popularidade da internet, seu lado mais escuro tem sido tão mitologizado quanto seu potencial positivo." (N. A.)

² "Além disso, esse sentimento de autoexpressão se torna mais raro à medida que o amplificamos" (N. A.).

Ao controle econômico, somam-se o social e o político. Ao mesmo tempo em que, literalmente, pagamos para ser monitorados, seja por geolocalização ou por algoritmos que acompanham nossas pesquisas na rede para sugerir produtos, informações e contatos de nosso interesse, os dados de nossos perfis e atividades na rede podem ser utilizados, legalmente ou não, para estratégias eleitorais (vide o caso da Cambridge Analytica)³ e até mesmo pessoais.

Não bastasse, as consequências da atividade online afetam diretamente a construção da personalidade do indivíduo offline (por isso a reputação se tornou o principal pilar do processo de hiperidentificação e sua avaliação, tão eficaz).

Ao invés das identidades líquidas de Bauman (2005), assistimos à proliferação de identidades múltiplas em uma espécie de transtorno dissociativo de hiperidentidade. Assim, como ocorre em relação ao narrador no romance de Manzoni (ALMEIDA, 2018), a identidade se fragmenta, multiplica-se em diferentes avatares, anônimos ou não, e se desvincula do corpo do qual se originou, tornando-se, na prática, de domínio público. Avatares que participam do controle e se implicam no processo de criação e consolidação dessa hiperidentidade individual.

2 METODOLOGIA

Por meio da literatura comparada entre duas obras escritas em contextos de autoritarismo e marginalização com proporções e características diversas, estabelecemos um processo de análise literária com vistas à investigação pormenorizada dos conceitos de identidade e autoria à luz de sua figuração semântica na representação textual.

Para tanto, partimos do apontamento de semelhanças entre as obras, tendo por base as técnicas da fragmentação e da omissão narrativas à luz dos respectivos contextos históricos. Em seguida, aplicamos as relações entre corpo e poder propostas por Foucault (1988) e verificadas no objeto para direcionar a análise rumo à influência desses conceitos na definição de autoria.

Com base nesse percurso comparativo, pretendemos demonstrar que a base constitutiva do sujeito, antes centrada no corpo, dispersa-se na configuração informacional do indivíduo. Isso provoca a potencialização do arquivo enquanto matéria-prima da identificação individual, que passa a balizar, quando não mitigar, os vínculos entre identidade e sujeito, de maneira que este, por sua vez, deixa de ser

³ Ver. SOLON, 04/04/2018.

necessariamente indivíduo, indiviso.

3 ANÁLISE

Dois livros publicados no Brasil em diferentes épocas, embora ambas de regimes com viés autoritário, trazem semelhanças e diferenças úteis como ponto de partida para uma conversa a respeito dos processos de afirmação e exposição da sexualidade em diferentes gerações da literatura contemporânea.

O primeiro deles, *Reflexos do baile*, de Antonio Callado, foi impresso e publicado durante um regime de ditadura militar. Foi lançado em 1976, no final do período de vigência do AI-5, o mais pesado de todos os Atos Institucionais decretados durante do regime militar pós-1964, que resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções armadas nos municípios e estados e suspensão de garantias constitucionais, possibilitando a institucionalização da tortura e outros abusos de Estado.

O livro surgiu como um reflexo dos anos de censura oficial do Estado sob a tutela de um regime de ditadura militar e de um período de revisão das estratégias de ação da esquerda revolucionária. Embora não tenha tido a mesma recepção de *Quarup*, obra de teor político que marcou a carreira do autor, interessa-nos o fato de que *Reflexos do baile* foi composto por meio do fragmento cuja leitura pode se dispersar da linearidade. Assim, o livro funciona como uma espécie de dossiê, que reúne diversos gêneros da escrita, a partir do qual se deduz uma narrativa.

Essa narrativa gira em torno de um crime, mais especificamente na tentativa de praticá-lo, incluindo seu plano e o desdobramento em uma execução falha. A estratégia de sequestro de autoridades políticas e diplomáticas por parte de grupos revolucionários de esquerda foi tema de outras obras, como *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, mas particularmente no caso de *Reflexos do baile*, da mesma forma que a sua temática apresenta um contexto de renovação na luta política, sua estrutura formal é radicalmente distinta, inclusive da produção anterior de Callado, indicando senão uma ruptura, um desvio de percurso tanto individual, quanto no contato com a tradição do romance.

Há não apenas a fragmentação da narrativa em vislumbres de uma realidade ou uma verdade que não se completam, mas também um desapego da noção maniqueísta que acompanha a luta entre esquerda e direita políticas, revelando uma rede mais complexa de texturas nas relações de poder, tecida entre os extremos no jogo de radicalismos da cultura e da contracultura autoritárias.

A obra assume, com isso, características dos gêneros policial e de mistério, em que cabe ao leitor ligar os pontos que faltam para montar a teia da história, o que nos leva a outro aspecto do livro fundamental para nossa discussão: a omissão, sobre a qual ainda voltaremos a falar. Dessa maneira, temos na fundação da obra, a fragmentação do discurso e a omissão de elementos do enredo para dar voz a uma rede difusa de interesses dentro de uma cadeia de poder.

Reflexos do baile foi, com sua narrativa desiludida e pós-utópica, no contexto dos desdobramentos da militância da oposição contra o governo militar, uma obra de renovação dos processos formais do autor, bem como de revisão das formas de atuação e engajamento propostas até então, levando a um questionamento do seu projeto de escrita que visava a abranger a História recente do Brasil.

Além disso, há ainda a questão do corpo, objeto central do enredo. Nesse caso da obra de Callado, corpo exposto sob o viés da violência política: o sequestro de um diplomata, uma tentativa de suprimi-lo e barganhá-lo em troca da “liberdade”. O fato de se tratar de um plano malsucedido revela antes um corpo inalcançável, metáfora para uma representação macro que pode evocar o corpo social ou mesmo a ascensão ao poder dominante.

Essa questão também permeou, no campo vasto dos romances fragmentados, a escolha da segunda obra sobre a qual falaremos: *Setlist*, de Daniel Manzoni, que foi publicado no mercado independente em formato digital (e-book) em 2018, logo após as eleições presidenciais no País que levaram à posse de um governo democrático, mas com ideologia autoritária e composto quase em sua totalidade por militares, tendo na figura central um capitão do exército com discurso de extrema-direita.

Nesse sentido, *Setlist* pode ser lido tanto pela perspectiva da crise de representação no sistema democrático e suas particularidades na condução do processo de abertura desde as “Diretas Já”, quanto no contexto da ascensão de nichos sociais ultraconservadores, inclusive por meio do aparato eletivo da população. Não que sejam perspectivas conflitantes, mas justamente que ambas estão inseridas no percurso de formação da sociedade brasileira ao longo da História. Estão, assim, conectadas por meio de uma dinâmica de causalidade nas relações de poder entre indivíduos ou grupos de diferentes classes e comunidades.

É isso que propõe, por exemplo, Roberto Zular (2015) em sua leitura do livro *Macau*, de Paulo Henriques Britto. No artigo *Encarçada de estrelas: alguns poemas de Paulo Henriques Britto e a transição democrática*, o autor apresenta uma lógica cruel que se instaurou nas práticas discursivas surgidas no País após o golpe de 1964. Essa transição teria condicionado no mesmo ato de fala a convenção e a contravenção, a regra e a

trapaça.

Se um dos traços do autoritarismo é a utilização do corpo como critério de triagem para a aplicação da lei, Zular enxerga no processo de transição um novo consenso que parece agir na relação com a lei por meio de um discurso hipócrita que relativiza a regra. Essa encenação discursiva – no dito popular “faça o que eu falo, não faça o que eu faço” – pode nos direcionar para a “crise de representação” decorrente de um processo falho de redemocratização e também como uma “crise de identificação” do indivíduo cuja identidade se distancia cada vez mais do corpo.

Setlist é uma obra que propõe a apresentação da norma e sua subversão no nível da linguagem e da estrutura da narrativa, mas também na representação do corpo, desestabilizando por meio do sexo a relação com o leitor, não propriamente da explicitação do ato sexual no texto, mas da afirmação de uma sexualidade e de uma cultura sexual oprimida.

Assim como em *Reflexos do baile*, as técnicas de fragmentação e omissão propõem uma práxis diversa, incitando o leitor a participar da criação do sentido, como em um quebra-cabeças em que a junção e ordenação de diferentes peças levam a uma imagem total, à construção de uma verdade sobre o fato. Acrescente-se ainda que, na obra de Manzoni, o leitor é corporificado dentro de um universo diferente do padrão heteronormativo vigente.

Em *Reflexos do baile*, a sexualidade, assim como os demais temas presentes na obra, é abordada sob os pontos de vista de diferentes personagens, mas sob a égide dos padrões heteronormativos vigentes e dominantes. As relações afetivas têm peso preponderante na motivação dos personagens, mas levam a uma abordagem diferente do tema daquela que se evidencia em *Setlist*.

No caso da omissão de elementos da narrativa, temos na literatura nacional o exemplo consagrado de *Dom Casmurro*, obra na qual Machado de Assis nos apresenta um narrador não-confiável, cuja perspectiva limitada e condicionada não tem, dentro da narrativa, outra voz sobre o fato com a qual possa ser cotejada, impossibilitando a comprovação. Com isso, questiona-se a autoridade tanto do sujeito quanto do objeto, mantendo a interpretação da obra sempre em aberto. É a mesma técnica utilizada tanto por Callado quanto por Manzoni.

Já a fragmentação da estrutura narrativa se opera de maneiras diferentes em cada caso, com resultados diferentes. No caso de *Reflexos do baile*, como o próprio título acusa, vemos uma montagem de reflexos girando em torno de um evento-chave. A capa da primeira edição, de autoria de Carlos Scliar, reforça essa leitura a partir da composição de um mosaico sobre um fundo negro, como uma forma de representar a realidade estilhaçada.

A diversidade desses fragmentos permite uma variedade de vozes que inclui também a oficial, por meio de documentos, traduções, ofícios que se somam a cartas e diário de personagens. Esse material compõe um testemunho documental sobre o fato e seu contexto. A obra transcende assim a categoria de romance-epistolar, configurando-se a partir de seus fragmentos como a representação do arquivo de um processo documental insuficiente para a resolução do caso. Callado cria um narrador de voz oficial, é o Estado no texto. Não se trata de um narrador-oculto propriamente dito, mas de algo como um narrador-objeto.

No caso de *Reflexos do baile*, a fragmentação e omissão servem de metáfora à própria prática do Estado autoritário de omitir e fragmentar a informação a respeito de crimes e presos políticos. Já no romance de Daniel Manzoni, a narrativa não assume essa aura de dossiê. Os fragmentos de *Setlist* transitam por diversos gêneros da escrita – o conto, o poema, o auto etc. – buscando sempre o fluxo de consciência do personagem principal de cada capítulo. Não há, dessa forma, a conjunção com material documental, como cartas, ofícios, diários ou notícias de jornal.

O efeito disso é que, diferentemente de *Reflexos do baile*, o narrador se revela, trazendo consigo uma identidade que caracteriza a obra. E a diversidade de gêneros da escrita adotada narrativa é assumida, então, como escolhas individuais desse narrador para apresentar seus personagens e contar sua história.

O narrador de *Setlist* se implica, coloca o corpo no texto – inclusive com uma espécie de pseudo-capítulo final de notas dedicado a si mesmo, oculto do índice no qual se mescla ao fluxo de consciência das personagens –, sem com isso tornar-se palpável, apenas virtualmente. Assume a posição de um narrador-onipresente muito parcial e singular, que não se anuncia, mas deixa suas pegadas por onde pisa e impressões em tudo que toca.

Em relação à representação da voz oficializada de *Reflexos do baile*, temos então em *Setlist* uma voz extraoficial a narrar os fatos. Esse aspecto profano da narrativa é observado também com relação à sexualidade. O narrador conduz o leitor a se atentar para detalhes que ajudam a corporificar essa identidade tão fragmentada quanto o enredo, tornando-a passível de análise e de classificação.

Um exemplo dessas sutilezas é a referência às canções que servem de trilha sonora para a história, como uma playlist de favoritas com autores e intérpretes que têm ampla aceitação do público LGBTQIA+, ou mais precisamente como o setlist de um show que, como veremos adiante, no caso do livro de Manzoni, também inclui uma volta ao palco, um encore ou bis, para a conclusão definitiva do espetáculo.

A esses pontos, soma-se ainda a hipertextualidade⁴ do romance, publicado em formato digital, com o acréscimo de um suposto capítulo extra (à guisa de revelação do mistério) em uma revista acadêmica online. Vale lembrar, por isso, que no Brasil o poder da representatividade digital ocorre de maneira muito particular, intensa e contrastante, embora os motivos disso transcendam nosso objeto.

O interesse consiste em fazer uso dessa evidência para distinguir outro fenômeno causado pela popularização da tecnologia no País cujos efeitos podem ser localizados em representações artístico-literárias da contemporaneidade, como é o caso dos romances fragmentários de Antonio Callado e Daniel Manzoni que propõem uma perspectiva à margem da versão oficial, portanto de crítica a essa mesma versão institucionalizada pela narrativa da História, seja por meio de um “choque da forma” no caso de Callado ou na afirmação do sexo em Manzoni.

O fragmento e a omissão, em ambos os casos, poderiam ainda no mesmo sentido de nossa leitura, serem interpretados a partir das noções de trauma e esquecimento. E, também nesse caminho, o corpo surge como elemento centralizador. Michel Foucault, em sua *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (1988) aponta na violência, na submissão ou opressão física, e ainda no controle dos processos vitais, formas de atuação das forças sociais e políticas sobre o corpo.

Todas essas forças têm símbolos presentes nas camadas de leitura de *Setlist*. A discussão de personagens em torno da possível segregação da comunidade LGBTQIA+ em uma ilha como carro de campanha por parte do candidato de extrema-direita favorito nas eleições, que servem de pano de fundo ao romance, é um exemplo do simbolismo da opressão por meio da manipulação da opinião pública.

Para Foucault (1988), essa priorização do corpo vem desde a Idade Média, quando o poder era centralizado na figura do rei que, em última instância, podia decidir sobre a vida ou a morte (direta ou indireta) dos habitantes de seu reino. A partir da Modernidade, o poder de ação do indivíduo tem se distanciado cada vez mais do corpo, a ponto de impossibilitar a identificação do vínculo. Com isso, as relações de poder estão cada vez menos centralizadoras.

Ao encontro disso, a tecnologia da informação também tem evoluído no sentido de intensificar a vigilância sobre o corpo e sua identificação e rastreabilidade no ambiente online. Ainda assim, a possibilidade do anonimato, de falsificação de perfis, por exemplo, surge como alternativas para a afirmação de identidades e individualidades nos principais canais de comunicação e veiculação da internet.

Como as relações de poder atingem tanto as instâncias físicas quanto psicológica

⁴ Usamos o termo aqui em sua acepção pós-internet, que remete a um texto ao qual se vinculam outros produtos semióticos acessados por meio de conexões (*hiperlinks*).

do corpo, seja por meio do uso da violência em regimes autoritários ou até mesmo por limitações providas de processos traumáticos, as representações de orientação e identidade de gênero sexual assumem papel determinante. Segundo Foucault, a forma como o sexo é vivenciado nas diferentes sociedades caminha, ao longo dos últimos séculos, para a exposição cada vez mais vívida e íntima como uma forma de subversão e aspiração libertária.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. (FOUCAULT, 1988, p. 12)

O teórico francês rompe com a ideia corrente de que a sexualidade tende a ser reprimida e que esse teria sido o seu percurso ao longo dos últimos séculos, culminando no período vitoriano. Para ele, há um movimento no sentido da exposição, análise, avaliação, vigilância e controle do sexo em suas mais diferentes orientações e identidades.

De fato, verificamos que a discussão em torno do tema nos dias atuais, sobretudo depois da invenção, a partir do séc. XIX, dos aparelhos de transmissão audiovisual, caminha para a superexposição, com julgamentos que oscilam entre extremos de reprovação e aprovação. Até mesmo a sigla LGBTQIA+, adotada como uma forma de promover a representatividade, dá uma boa amostragem dessa prática obsessiva de classificação.

Como Foucault propõe, há uma repressão na afirmação de uma sexualidade e uma ênfase no discurso subversivo, revolucionário do sexo. "O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente." (*Ib.*, p. 13). E é justamente dessa forma que a obra de Manzoni participa do processo de colocar o sexo em discurso: por meio de um movimento de referência e reforço mútuos. E isso não se dá apenas em relação ao poder religioso, mas também com a política e com a psicologia.

No seu livro, Manzoni vincula logo de cara o sexo, a religião, a política e até mesmo a psicanálise, seja na nomeação das personagens, seja na construção de suas personalidades e posicionamentos sociais. Entretanto, esse potencial de transcendência migra no livro da religiosidade – que flutua na superfície do texto – para o sexo em um sentido de aprofundamento, que beira a idolatria, culminando num crime passionai em torno do qual se constrói a obra.

Por mais que o texto permita e incentive uma ordem aleatória de leitura dos capítulos, o personagem Jesus nomeia o capítulo inicial da obra. Na trama, Jesus é um

psicanalista. É também o único que se desmente em relação à sua orientação sexual e luta contra ela, tentando negá-la por diversas vezes. É diferente do que ocorre em relação aos demais personagens, vistos socialmente como desvios do padrão de normalidade, cuja autoafirmação é predominante.

Novamente, tomamos às palavras de Foucault:

Todas estas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavras e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo. (Ib., p. 39)

É quando o “domínio coberto pelo sexto mandamento começa a se dissipar” (Ib., p. 40) que surge o Don Juan, na fronteira entre “a lei da aliança e a ordem dos desejos”, para derrubá-las. No romance fragmentário de Manzoni, essa figura é representada pelo personagem Marcel, que é descrito como estrangeiro – cujo sotaque acusa a nacionalidade francesa – mesmo em meio a seus pares, trazendo para si o símbolo da sedução e do desejo.

E, mais importante ainda, Marcel, em todas as suas referências na obra, é o corpo que não existe, o desaparecido, intensamente lembrado, descrito, exposto, mas sempre virtualmente. Um corpo assassinado. Isso nos remete ao questionamento acerca dessa exposição do sexo: “Quando se dá nome a toda essa vegetação de sexualidades sem propósito, como se fosse para alistá-las, trata-se de excluí-las do real?” (Ib., p. 42)

Caberia acrescentar ao questionamento acima: essa desvinculação, essa descorporificação faria parte do processo de exclusão do real? Com o avanço da internet, vemos uma exposição massiva do corpo, a ponto de banalizá-lo, ao mesmo tempo em que o vínculo entre identidade e corpo está cada vez mais frágil, o que tem levado, em um aprofundamento ainda maior, a questionamentos acerca das próprias noções de realidade e de verdade.

O acesso ao sexo no século XXI, em todas as suas representações, classificações, categorias, bem como à vigilância e controle da intimidade e a toda a diversidade de opiniões e julgamentos relativos ele, atingiu uma amplitude incomparável com qualquer outra época da História. Algo semelhante ocorre com o acesso a tecnologias de clonagem e reprodução que têm jogado a última pá de terra sobre a noção tradicional de autoria, seja a nível literário ou legal.

A evolução das tecnologias digitais e a popularização de programas ultrarrealistas como os de troca de rosto (*face swap*) ou de clonagem e reprodução de voz incidem sobre a relação entre corpo e identidade, com a ampliação discursiva de uma libido imensurável, economicamente útil e politicamente conservadora.

É como se a sociedade moderna tivesse, enfim, a despeito dessa dissolução do corpo no oceano informacional, experimentado na pele a utilidade econômica das relações entre prazer e poder, aplicando-se ao que Foucault tensiona quando afirma que “de tanto falar nele e descobri-lo reduzido, classificado e especificado, justamente lá onde o inseriram procurar-se-ia, no fundo, mascarar o sexo: discurso-tela, dispersão-esquivança.” (*Ib.*, p. 53) Discurso-tela disperso na tela de um dispositivo eletrônico.

Da mesma forma, o poder, antes centralizado, passa a se dispersar:

*não busquemos a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade (e a faz funcionar); a racionalidade do poder é das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem – cinismo local do poder – que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto. (*Ib.*, ps. 90-91)*

Entretanto, essa pulverização também se aplica aos pontos de resistência, que perpassam todas as unidades individuais e estratificações sociais, enredando-se nos aparelhos e instituições sem uma localização específica. Forma-se assim um complexo tecido de estratégias diferentes, englobando uma multiplicidade de elementos e discursos que já não podem ser puramente separados entre dominante e dominado, permitido e excluído.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em *Reflexos do baile* o corpo existe, é identificado e localizado, mas permanece inacessível, no romance de Daniel Manzon, enquanto a identidade rompe a parede narrativa e vincula-se à figura do autor, o corpo, embora acessível, está morto e, decompondo-se, em breve deixará de existir. Além disso, o mistério de sua extinção não é solucionado. Diferentemente da obra de Callado, em que a técnica da omissão de elementos assegura uma abertura semântica, em *Setlist*, a mesma técnica impossibilita ao leitor o acesso à solução do crime.

Com isso, permanece não apenas em aberto, mas incompleta, interrompida, sem condições de se fechar em um corpus coeso, coerente e harmônico, assim como o sujeito contemporâneo, depois de ver sua individualidade burguesa, romântica, ser fragmentada e dissolvida, encontra-se agora diante da impossibilidade de integralização de si e de seu desejo a uma cadeia de positivities que rume no sentido

de um gozo pleno.

É, então, dentro do hipertexto que o autor volta à ribalta para mais uma canção, destacada de sua unidade como um aleijão ou um membro mutilado capaz de sobreviver autonomamente: publicada isoladamente em uma revista acadêmica, em uma edição que trata de dissidências de gênero e sexualidade, na linguagem feita para o palco, uma farsa teatral escrita a partir da questão “A identidade de um sujeito é um arquivo?” (ALMEIDA, 30/06/2021) se coloca como uma possibilidade (não mais que isso) de solução para o homicídio perpetrado em *Setlist*.

Ainda que esteja vinculada à obra, tanto por conta da afirmação da identidade sexual do personagem-autor quanto pelo enredo e pelo pano de fundo, essa peça, chamada *A ilha*, tem já no título, além da referência à ameaça de isolamento dos gays em uma ilha presente em *Setlist*, um reforço dessa independência do texto suscitada pela forma como ele foi publicado. Nessa obra, a solução para o mistério do corpo extinto surge apenas como possibilidade, pois à confissão dos culpados segue-se um novo crime cujo autor permanece desconhecido, abrindo-se a uma cadeia incontável de possíveis dissoluções da solução.

A revista em que a peça foi publicada, assim como *Setlist*, é digital, vinculando-se a ele pelo hipertexto, assim como a identidade sexual do personagem-autor se relaciona diretamente com a temática da edição. A referência ao palco remete à possibilidade de retorno a ele, sugerida pelo título do livro. A adoção da farsa, pequena peça geralmente composta de um único ato e estrutura simples, dá o tom caricatural com que a obra se relaciona ao contexto político brasileiro da “vida real” (a essa altura, já cabem as aspas).

Por último, há o questionamento que deu origem à peça, e que relaciona a identidade ao conceito de arquivo. Para detalhar melhor essa dinâmica, dois excertos da fala da personagem principal são exemplares, sendo o primeiro deles o seguinte: “eu sou como um arquivo vivo depositado em um quarto escuro e esquecido para que vocês vivessem o poder” (MANZONI, 2019, p. 315).

Nele, a protagonista deixa claro que o domínio sobre a informação possibilita o acesso ao poder. Mas essa relação fica mais evidente ainda no segundo trecho: “Meu corpo é minha história, meu arquivo” (*Ib.*, p. 316). Ela postula que o valor do corpo não está mais na sua inerência ao sujeito, mas no que ele contém: um conjunto de dados sensíveis com a capacidade de afetar outros sujeitos e o corpo social em que está inserido.

Nesse caso, não se trata mais da carne, do sexo em si a determinar as relações de poder, mas o conhecimento sobre o sexo manifesto na afirmação e exposição da identidade sexual. É ele que pode ser catalogado, analisado, monitorado, julgado e controlado. É o domínio da informação, seja para legitimá-la ou para desmenti-la, que

determina hoje as relações de poder.

No caso do romance de Antonio Callado, há um autor, mas a ficção se comporta como se não tivesse, como se fosse um arquivo, um dossiê, nessa ausência estrutural que grita e salta aos olhos. No de Daniel Manzoni, essa lacuna é preenchida, evidenciando a variedade e complexidade dessa função dentro do discurso. Derruba-se a parede, implicando-se na história.

Cotejada com *Reflexos do baile* e lida à luz dessas noções, *A ilha* de Manzoni nos conduz a outra questão: seria também o autor (e, em última instância, o sujeito) um arquivo? Com ela, somos levados à conclusão de que, hoje, o sujeito virtual não está mais no horizonte das relações entre corpo e identidade, e sim bem diante delas.

REFERÊNCIAS

Livros

ALMEIDA, Daniel Manzoni de. *Setlist*. São Paulo: 2018 (e-book).

BADIOU, Alain. *Le siècle*. Seuil: 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Companhia das Letras: 2005.

CALLADO, Antonio. *Reflexos do baile*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CAVANAGH, Allison. *Sociology in the age of the Internet*. Open University Press: UK, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem (Understanding Media)*. Cultrix: 1969.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real! - cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Artigos de periódicos

ALMEIDA, Daniel Manzoni de. *A ilha*. In: *Revista Crioula* - nº 24 - Dissidências de Gênero e Sexualidade nas Literaturas de Língua Portuguesa, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/162517>. Acesso em: 30 jun. 2021.

AMARAL, Inês. *A @migração para o ciberespaço – a dimensão social dos mundos virtuais*. In: *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, 6-8 setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

(Universidade do Minho), 2008. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/270892772_A_migracao_para_o_ciberespaco_-_a_dimensao_social_dos_mundos_virtuais. Acesso em 04 jul. 2020.

CUNHA, João Manuel dos Santos. *Texto-paratexto: interpretação visual de Reflexos do baile*. In: *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18649/9773>. Acesso em 04 jul. 2020.

SOLON, Olivia. *Facebook says Cambridge Analyticamayhavegained 37m more users' data*. *The Guardian*: 04/04/2018. Disponível em:
<https://www.theguardian.com/technology/2018/apr/04/facebook-cambridge-analytica-user-data-latest-more-than-thought>. Acesso em 14 fev. 2022.

ZULAR, Roberto. *Encarçada de estrelas: alguns poemas de Paulo Henriques Britto e a transição democrática*. In: *Lua Nova* nº 96. São Paulo: 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445015-037/96>. Acesso em 30 jun. 2021.